

#Justiça | Para Bruno e Dom



# ANÁLISE MENSAL

JUNHO

2022



política  
por inteiro

BALANÇO DE SINAIS  
PÚBLICOS RELEVANTES PARA  
A POLÍTICA CLIMÁTICA E DE  
MEIO AMBIENTE NO BRASIL



## Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

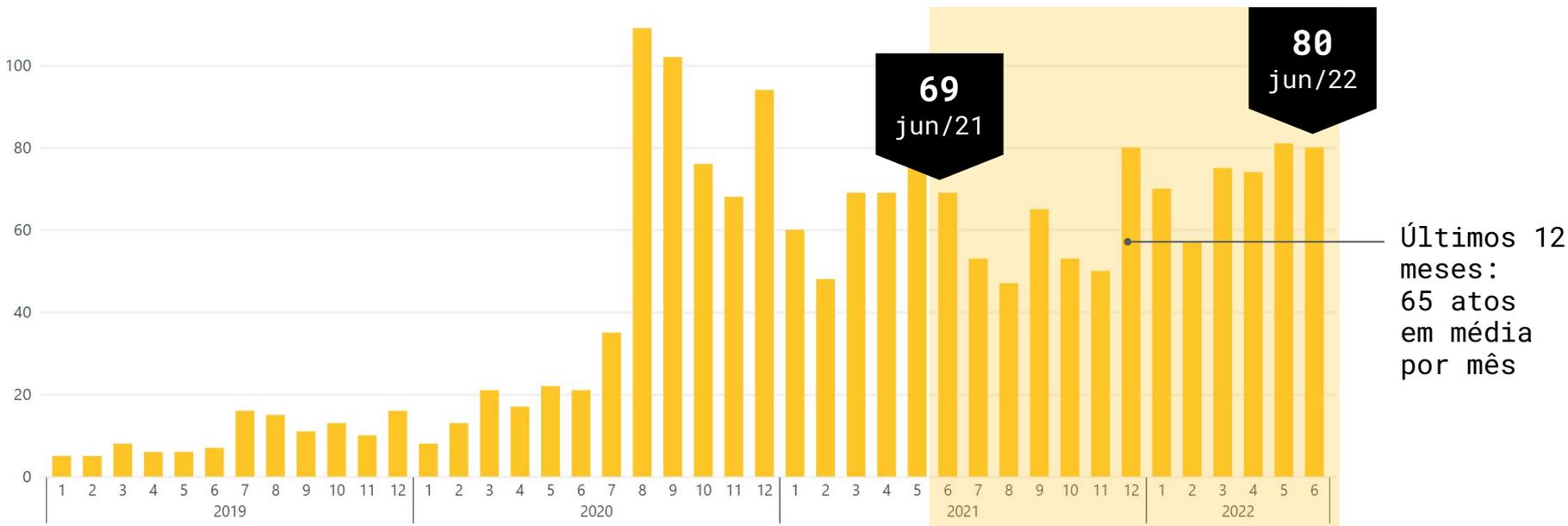
# PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO  
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

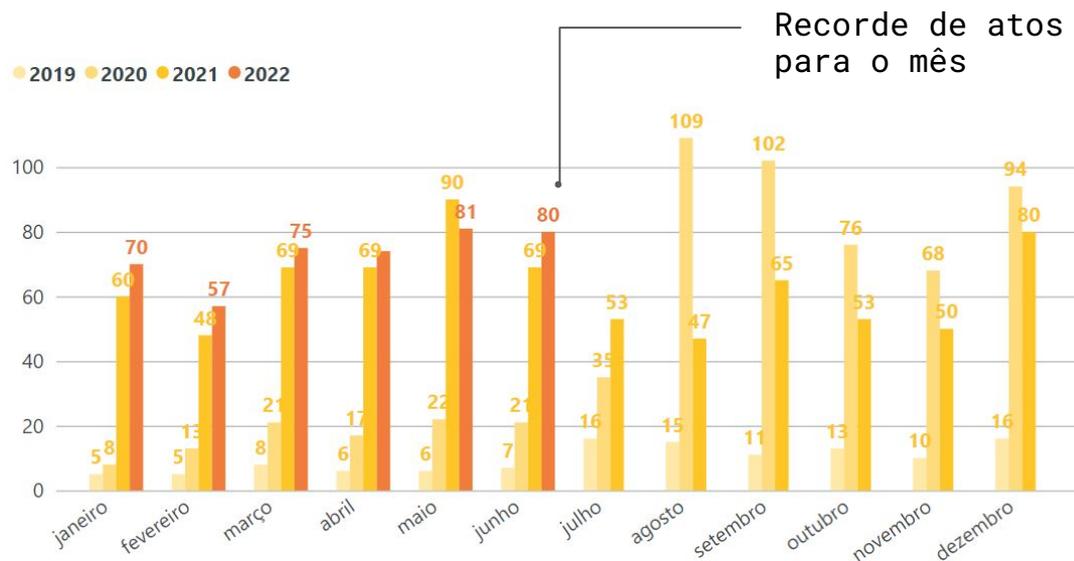
Em junho, o Monitor de Atos Públicos captou **80 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no *Diário Oficial da União*.

## EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS

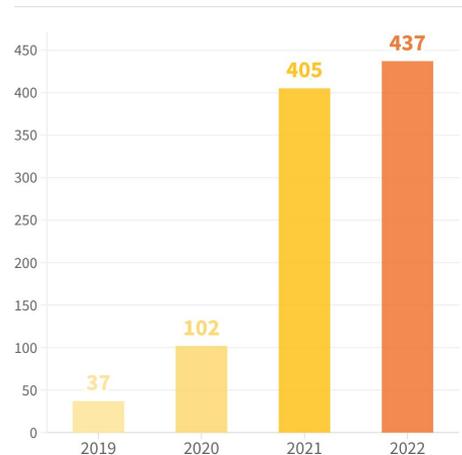


## Tendência de alta

Junho manteve a tendência de alta de números de atos por mês observada em 2022, fechando o semestre com 437 normas captadas. É o primeiro semestre (janeiro a junho) com maior volume de medidas do governo de Jair Bolsonaro. A ver como a agenda eleitoral impactará essa curva no segundo semestre.

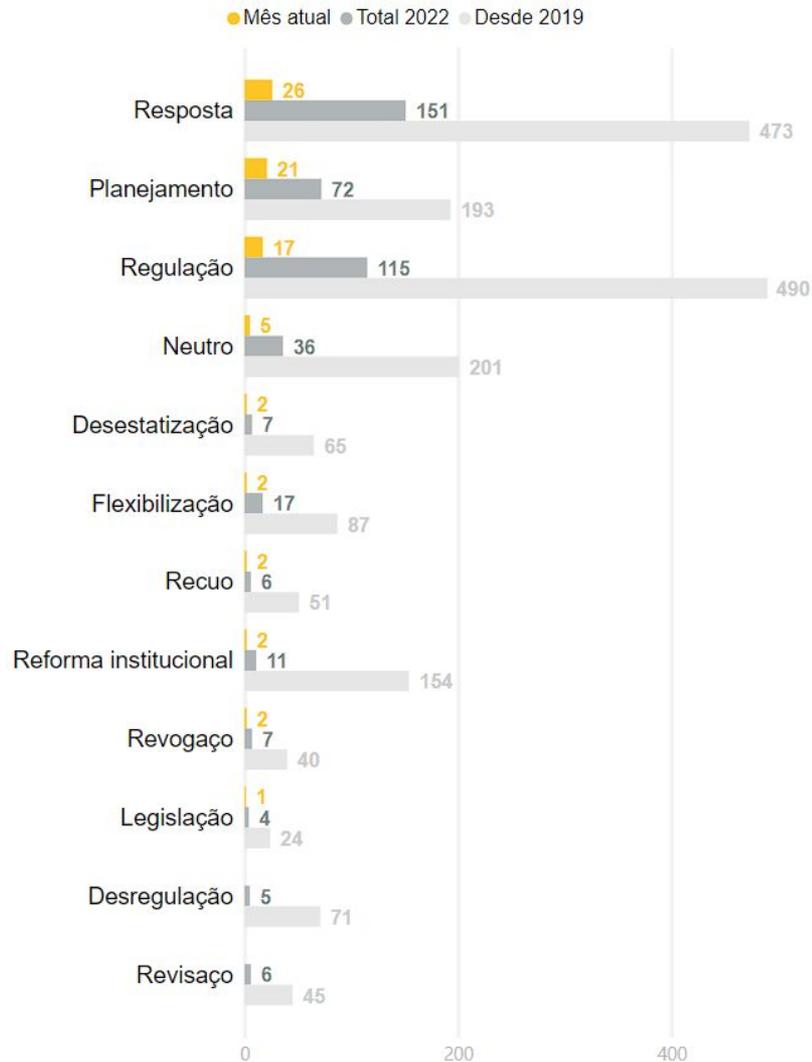


Atos publicados no primeiro semestre



## ATOS DE JUNHO POR CLASSE

- Resposta foi a classe mais frequente do mês (26), os atos são referentes aos reconhecimentos de situação de emergência e calamidade pública decretada nos estados, emprego e prorrogação da FNSP em apoio à Funai, ICMBio e estado do Amazonas e ainda portarias de renovação da restrição de ingresso em territórios de indígenas em isolamento voluntário e a reedição da moratória do fogo.
- Na sequência, a classe Planejamento (21) e a classe Regulação (17) foram as mais captadas em junho.



## Destaques nas classes mais frequentes do mês

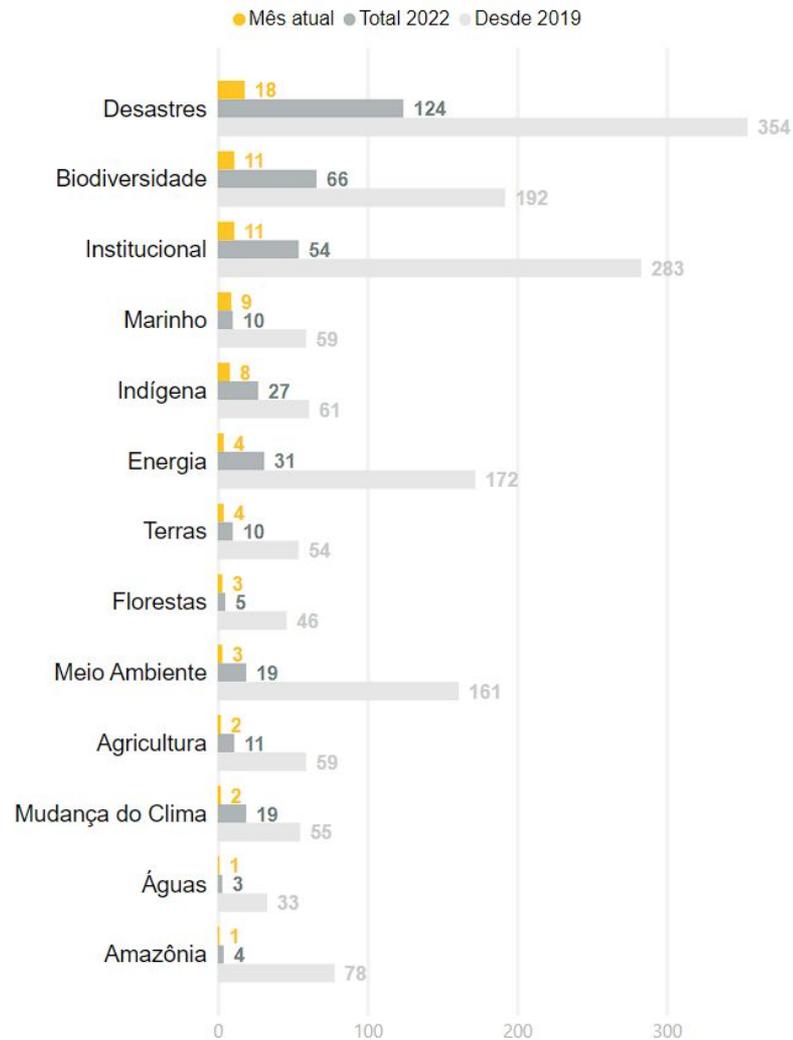
- **PLANEJAMENTO:** Política Mineral Brasileira; Plano Nacional de Gestão da Educação Ambiental 2022-2023; Criação e recriação de GTs/CIRM; Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040; Criação do GTT-Salvaguardas e GTT-MRV/Comissão Nacional para REDD+; Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies.
- **REGULAÇÃO:** Moratória da pesca e comercialização da espécie *Calophrysus macropterus*; Política Nacional para Assuntos Antárticos - Polantar; Registros de agrotóxicos; Procedimentos para arrecadação sumária de terras devolutas da União.

Saiba mais abaixo, nas descrições dos principais **atos do mês**

[Clique aqui para acessar](#)

- **FLEXIBILIZAÇÃO:** Prorrogação de prazos para a fase de exploração de direitos e produção de petróleo.
- **DESESTATIZAÇÃO:** Posicionamento favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos à desestatização da Petrobras e instituição de comitê interministerial para estudos e ações necessárias.

## ATOS DE JUNHO POR TEMA



# EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

JUN  
2022

	Ano 2019												2020												2021												2022						Total								
	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	Total anual																	
Desastres												1	<b>1</b>												2	9	10	10	18	<b>49</b>	12	10	18	16	21	14	14	16	9	17	16	17	<b>180</b>	29	27	11	21	18	18	<b>124</b>	354
Institucional			1	1			1	1		1	1	1	<b>7</b>	1		1				1	4	18	17	23	24	<b>89</b>	8	13	11	16	25	8	11	8	15	4	9	5	<b>133</b>	2	6	18	12	5	11	<b>54</b>	283				
Biodiversidade			2				1			1			<b>4</b>	1		2	2			3	15	1	8	10	7	<b>49</b>	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	11	<b>73</b>	11	5	12	7	20	11	<b>66</b>	192				
Energia							1					1	<b>2</b>			3	4	2		6	5	17	5	5	13	<b>60</b>	7	3	4	4	13	10	6	8	9	2	3	10	<b>79</b>	10	3	2	4	8	4	<b>31</b>	172				
Meio Ambiente	4	1	1	4	3	4	7	2	4	1	2	7	<b>40</b>	5	3	6		5	6	6	17	17	7	3	6	<b>81</b>	2	1	3	3	4	1		2		1	1	3	<b>21</b>	5	2	1	4	4	3	<b>19</b>	161				
Pesca	1		1	3			3	4	4	6	2	3	<b>27</b>	3	1	9	5	2	3		3	2	1	4	8	<b>41</b>	5				3	4	8	6	3	4	3	2	5	<b>43</b>	5	3	9	5	7	1	<b>30</b>	141			
Amazônia							2	1	1				<b>4</b>	2	2	3	4	5	3	4	1	8	6	2		<b>40</b>	6	2	3	6		3	5		3	1	1		<b>30</b>			2		1	1	<b>4</b>	78				
Indígena							1	1					<b>2</b>			1							3	1	1	<b>6</b>	1	2	1	3	4	2	2		2	3	2	4	<b>26</b>	3	5	1	3	7	8	<b>27</b>	61				
Agricultura	1						1						<b>2</b>	1	1		2			2	4	4		1	<b>15</b>	3	5	4	3		2		1	1	5	3	4	<b>31</b>			3		6	2	<b>11</b>	59					
Marinho		1					1						<b>3</b>	2						26	1	3	2	2	<b>36</b>	1	1	2	1	1	2			2				<b>10</b>	1				9		<b>10</b>	59					
Mudança do clima											2		<b>2</b>		1					3	2	2	2	1	<b>11</b>	1		2	3		2			3	2	5	5	<b>23</b>	1	10	5	1	2		<b>19</b>	55					
Terras				1					1				<b>5</b>	1	1	1				1	1	1	5	3	<b>14</b>	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	<b>25</b>	1		1	3	1	4	<b>10</b>	54					
Mineração							1	3					<b>5</b>					3	2	3	4		1	3	<b>16</b>	4	1	4	1	3	3		1			3	<b>20</b>	1	3		3	1		<b>8</b>	49						
Florestas	1	2	3		1		1	1	1	2	2	1	<b>14</b>	1			2	1	3	6	1	1	1	1	<b>16</b>	1		1			1		1	2	1	4	<b>11</b>			1	1	3		<b>5</b>	46						
Águas																			3	3	7	1	1	1	<b>15</b>			5			3	1	2	1	2	1	<b>15</b>				1	1	1	<b>3</b>	33						
Ciência																				11	9	2	2	<b>24</b>		1							2		1	1	<b>4</b>	1	1					<b>2</b>	30						
Poluição																						3	1		<b>4</b>				1				2	1	1	1	4	<b>10</b>	2		4	2	1		<b>9</b>	23					
Transporte																1			1		1	3	1	1	<b>8</b>	2	1	1	1			1	1	1			<b>8</b>				2	1		<b>3</b>	19						
Antártica																				4					<b>4</b>	1					2			1			<b>4</b>					1		<b>1</b>	9						
Turismo																1						2			<b>3</b>	2	2										<b>4</b>							<b>7</b>							
Cidades																1			2				1	1	<b>5</b>												<b>5</b>							<b>5</b>							
Quilombolas																															2				1		<b>3</b>				1			<b>1</b>	4						
<b>Total mensal</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>118</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>109</b>	<b>102</b>	<b>76</b>	<b>68</b>	<b>94</b>	<b>586</b>	<b>60</b>	<b>48</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>90</b>	<b>69</b>	<b>53</b>	<b>47</b>	<b>65</b>	<b>53</b>	<b>50</b>	<b>80</b>	<b>753</b>	<b>70</b>	<b>57</b>	<b>75</b>	<b>74</b>	<b>81</b>	<b>80</b>	<b>437</b>	<b>1.894</b>				

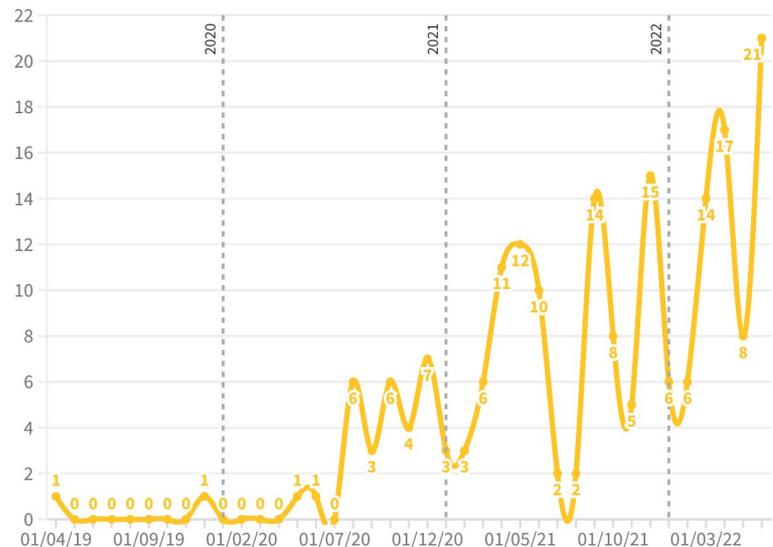
## TENDÊNCIA DE ALTA

# Planejamento

- Em junho, 21 atos de Planejamento foram publicados, maior valor mensal em todo o período monitorado.
- Os temas mais presentes foram Marinho (5), Institucional (5) e Biodiversidade (3).
- Destacam-se o decreto que dispõe sobre o Grupo de Trabalho Interministerial de Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e o que institui a Política Mineral Brasileira e o Conselho Nacional de Política Mineral.

## AÇÕES DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

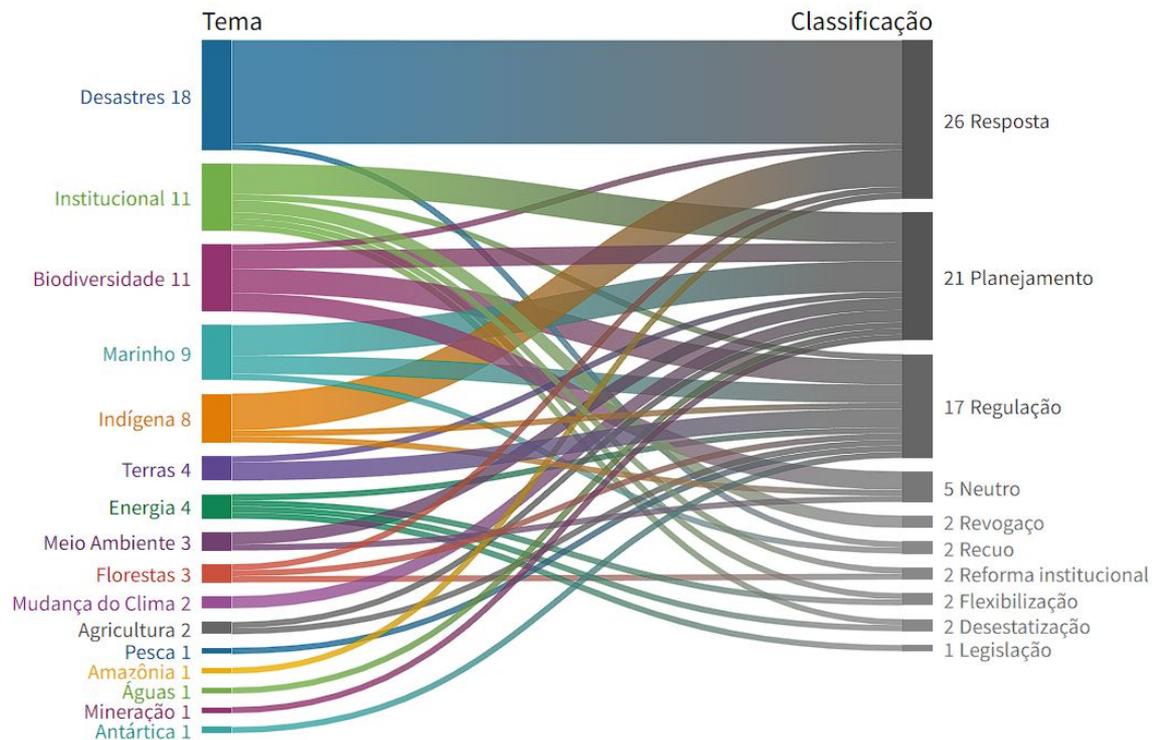
### Evolução mensal dos atos



# Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres:** Reconhecimentos de situação de emergência e calamidade pública.
- **Institucional:** GT Interministerial/OCDE; Agenda Estratégica/ICMBio.
- **Biodiversidade:** Planos de Manejo; Conselhos Consultivos de UCs; Força Nacional de Segurança Pública/ICMBio.



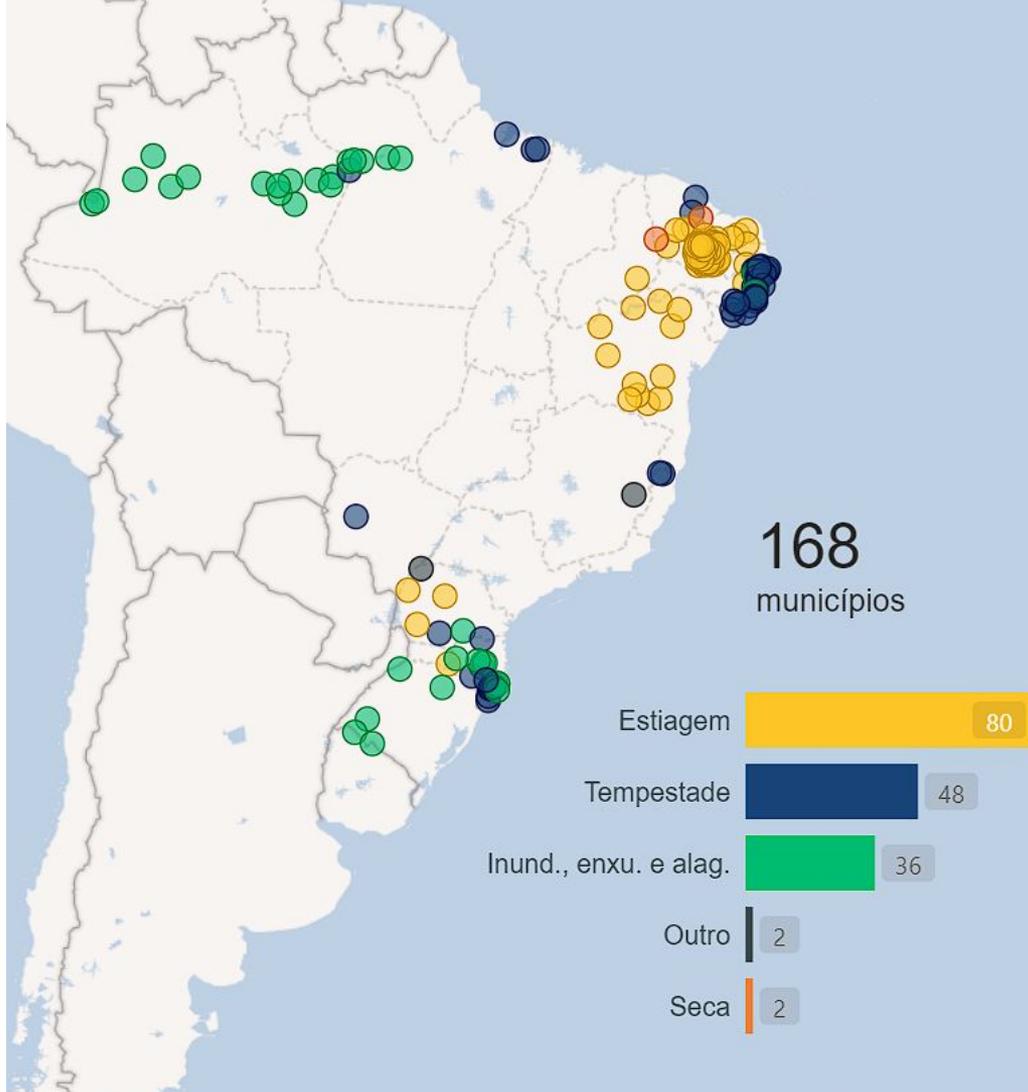
## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Desastres

O número de reconhecimentos de emergência e calamidade pública caiu em junho (168 municípios em 18 atos) - um movimento sazonal já observado em outros anos.

Houve concentração de estiagem e tempestades no Nordeste e inundações e alagamentos no Norte do país.

Acesse nosso monitor  
de desastres



## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

# Mudança do Clima

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 4 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 4 DE ABRIL DE 2022

### Planejamento

Criados dois Grupos de Trabalho Técnico: (i) sobre Salvaguardas de REDD+ (GTT-Salvaguardas), com o objetivo de assessorar a CONAREDD+ quanto a consideração e respeito às salvaguardas de REDD+; e (ii) sobre Mensuração, Relato e Verificação de resultados de REDD+ (GTT-MRV), com o objetivo de dar continuidade ao fornecimento e à avaliação de insumos para as submissões brasileiras de REDD+ no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Apesar de

ambos os grupos serem importantes, verifica-se a falta de paridade na composição de ambos os colegiados, havendo sempre maioria governamental e baixa representatividade da sociedade civil e da ciência.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

# Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 107, DE 20 DE JUNHO DE 2022

### Resposta

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), em apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena Nonoai, no Estado do Rio Grande do Sul, por 60 dias, no período de 23 de junho a 21 de agosto de 2022. A medida vem sendo **constantemente prorrogada** por conta de violência contra os povos indígenas na região, como a morte de um jovem indígena a tiros. Há denúncias do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vinculado à temática de conflito por arrendamento de terras. Há ainda uma **ação judicial** do Ministério Público Federal (MPF) requerendo a garantia de fornecimento de água potável à comunidade residente da TI Nonoai.

PORTARIA FUNAI Nº 529, DE 21 DE JUNHO DE 2022

### Resposta

Prorroga, por três anos, o prazo sobre restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área de 142.402 hectares e perímetro de 225 km, aproximadamente, denominada Terra Indígena Ituna-Itatá, localizada nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio, no Pará, com objetivo de dar continuidade aos trabalhos de localização, monitoramento e proteção da referência de grupo indígena em isolamento voluntário nº 110, designada “Igarapé Ipiaçava”. A TI Ituna Itatá foi a **TI mais desmatada no Brasil em 2019** e é palco de ações de combate a garimpo ilegal e desmatamento, tendo sido cumpridos mandados de busca e apreensão na **Operação Donos da Terra**.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

# Indígenas

PORTARIA FUNAI Nº 522, DE 2 DE JUNHO DE 2022

### Resposta

Renova, pelo período de seis meses, a restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área de 40.095 hectares e perímetro aproximado de 192 quilômetros da Terra Indígena Pirititi, em Rorainópolis/RR.

A norma é resultado da determinação do Ministério Público Federal (MPF), que pediu tutela provisória de urgência para a proteção dos indígenas isolados da região que sofrem com a invasão de grileiros. A última prorrogação ficou vigente de setembro/21 a março/22 e desde então a TI estava sem proteção.

PORTARIA MJSP Nº 104, DE 10 DE JUNHO DE 2022

### Resposta

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Ministério da Saúde, nas atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins, na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por 30 dias, no período de 17 de junho a 16 de julho de 2022.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

# Florestas

### RESOLUÇÃO Nº 11, DE 25 DE MARÇO DE 2022 Reforma Institucional

Institui a Câmara Consultiva Temática com o objetivo de qualificar os dados de desmatamento e incêndios para diferenciar crimes ambientais de outras atividades, utilizando bases de dados oficiais já existentes. A Câmara Consultiva Temática será composta por: (i) um representante do Ministério do Meio Ambiente, que o coordenará; (ii) um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (iii) um representante do Ministério da Defesa; (iv) um representante do Ministério da Economia; (iv) um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Câmara Consultiva Temática terá o prazo de vigência de um ano, a contar da data de sua primeira reunião. Revoga a Resolução nº 8 de 01 de dezembro de 2021. A antiga composição tinha IBAMA e ICMBio, que foram excluídos. Adicionaram-se os ministérios da Economia e da Justiça. Também o escopo foi ampliado.

Anteriormente, restringia-se a implementar ações de prevenção/combate aos incêndios florestais. Pela nova norma, deve “qualificar dados” sobre desmatamento e incêndio.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Florestas

DECRETO Nº 11.100, DE 22 DE JUNHO DE 2022

#### Resposta

Suspende por 120 dias no território nacional a permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998. A moratória do fogo vem sendo captada pelo monitoramento da Política Por Inteiro desde agosto de 2019. No ano de 2020, foi publicada em 15 de julho e reeditada no ano seguinte, em 28 de junho. A norma deste ano, publicada mais cedo, insere a possibilidade de suspensão da permissão do emprego do fogo, em caráter excepcional e temporário, por ato do ministro do Meio Ambiente. A moratória não tem surtido o efeito esperado. Recordes de incêndios foram registrados, sobretudo na Amazônia e no Pantanal.

### Mineração

DECRETO Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022

#### Planejamento

Institui a Política Mineral Brasileira e o Conselho Nacional de Política Mineral. Política sem mais detalhamentos. Dentre os princípios, tem-se "a preservação do interesse nacional" e "a ampliação da competitividade do País no mercado internacional". O Conselho Nacional de Política Mineral não é paritário (de 18 assentos, somente 3 são da sociedade civil "com notório conhecimento do setor mineral" e 1 de instituição de ensino superior). Será elaborado em 180 dias pelo MME um Plano Nacional de Mineração para o período 2022-2050. O prazo se encerra na última semana de dezembro/2022, sendo que o Plano ainda passará pelo crivo do Conselho.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Institucional

DECRETO Nº 11.095, DE 13 DE JUNHO DE 2022

#### Reforma Institucional

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, além de remanejar cargos em comissão. Como alterações, destaca-se a retirada dos cargos em comissão serem preferencialmente ocupados por servidores, bem como a obrigação de articulação do IBAMA com outros órgãos/entidades da administração pública e sociedade civil organizada. Revoga o Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017.

### Pesca

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.082, DE 22 DE JUNHO DE 2022

#### Regulação

Estabelece a moratória da pesca e comercialização da espécie *Calophrysus macropterus* (piracatinga) em águas jurisdicionais brasileiras e em todo território nacional até 02 de julho de 2023. Confira nossa [análise exclusiva](#) sobre a temática no blog da POLÍTICA POR INTEIRO.

## Agricultura

ATO Nº 26, DE 3 DE JUNHO DE 2022

### **Regulação**

Concede registro para 67 agrotóxicos incluindo produtos técnicos e pré-misturas, incluindo produtos de Classe I- Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente; Classe II – Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente e de Classe III – Produto Perigoso ao Meio Ambiente.



# PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E  
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS  
LEGISLATIVAS

## MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

### Autofiscalização rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal aprovou o projeto de lei (PL) que adota programas de autocontrole por produtores rurais em matéria de defesa agropecuária (**PL 1293/2021**). O relator, Luís Carlos Heinze (PP-RS), diz que esse mecanismo seria restrito e auxiliaria a fiscalização pública. O PL, de iniciativa da Presidência da República, faz parte do pacote **apelidado de “boiadinhas”** e passou em caráter terminativo, e irá diretamente à sanção presidencial, a não ser que seja apresentado requerimento para que vá a Plenário.

### Agrotóxicos

**Projeto de Lei nº 1459, de 2022**, de iniciativa do senador Blairo Maggi (sem partido/MT), sobre flexibilização das regras para fiscalização e utilização de agrotóxicos foi retirado de pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, sendo **aprovado pelo colegiado** requerimentos para que sejam realizadas duas audiências públicas. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), **anunciou** que fará a “reanálise” de seu parecer ao PL.

## MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

# Manifestações das “Frentes”

Foi lançado **Manifesto contra propostas antiambientais** por deputados da Frente Parlamentar Ambientalista a fim de denunciar propostas prejudiciais ao meio ambiente e que estão pautados na Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável.

De outro lado, no mês de junho a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) elegeu sua **pauta prioritária** para 2022: regularização fundiária (PL 2.633/2020), licenciamento ambiental (PL 2.159/2021) e agrotóxicos (PL 6.299/2002).

## NOVAS PROPOSIÇÕES

### Projetos de lei\*

Proposta(s)	Tema
<p><a href="#">Projeto de Lei (PL) 1506/2022</a>, de iniciativa do deputado José Mário Schreiner (MDB/GO).</p>	<p>Visa alterar a Lei 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para permitir que sejam destinados a ações de pagamento por serviços ambientais os recursos decorrentes da conversão de multas simples; e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir a conversão de multas ambientais em ações do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA).</p>

\*Destacamos os Projetos de Lei mais relevantes entre os apresentados no mês.

# PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS  
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA  
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

## JUDICIÁRIO

# Fundo Clima

O Governo Federal sofreu nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF). Por 10 votos a 1, a Corte julgou procedente a ação na qual se alega que a União manteve o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) inoperante de 2019 a 2020, deixando de destinar vultosos recursos para o enfrentamento das mudanças climáticas (ADPF 708). O julgamento virtual ocorreu na última semana de junho (24/06 a 01/07).

O ministro relator Luís Roberto Barroso votou no sentido de julgar procedente a ação para: (i) reconhecer a omissão da União, em razão da não alocação integral dos recursos do Fundo Clima referentes a 2019; (ii) determinar à União que se abstenha de se omitir em fazer funcionar o Fundo Clima ou em destinar seus recursos; e (iii) vedar o contingenciamento das receitas que integram o Fundo.

Barroso firmou a seguinte tese: *“O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, § 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º c/c art. 9º, § 2º, LRF).”*

Nove ministros acompanharam o voto do relator. Somente Nunes Marques julgou a ação improcedente.

## JUDICIÁRIO

# Litígio climático e BNDES

A ONG Conectas protocolou Ação Civil Pública (ACP - 1038657-42.2022.4.01.3400) para que a BNDESPAR (subsidiária do BNDES) apresente um *“plano para alinhar suas ações e políticas de investimento às metas do Acordo de Paris e da Política Nacional sobre Mudança do Clima e, assim, efetivar domesticamente a transição justa e garantir a readequação do país na economia mundial rumo ao desenvolvimento sustentável, missão institucional do próprio Sistema BNDES”*. Assim, *“busca-se a incorporação efetiva da variável climática na sua carteira de investimentos”*. A ação tramita na 9ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Distrito Federal (DF).

An aerial photograph of a village situated in a dense tropical forest. A river flows through the center of the image, forming a large loop. The village consists of numerous small, simple houses with thatched roofs, clustered together. The surrounding forest is thick and lush, with various shades of green and brown. The overall scene is peaceful and remote.

# CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E AS  
POLÍTICAS EM CURSO

## CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

# Bruno Pereira e Dom Phillips

O assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips escancarou ao mundo a omissão do Estado brasileiro na proteção à Amazônia e seus povos. Também mostrou como os indígenas, representados no trágico episódio pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), estão organizados e com capacidade de articulação. Graças à mobilização comandada pela Univaja, o desaparecimento de Bruno e Dom foi investigado para que se confirmasse o homicídio. A entidade, para a qual o indigenista trabalhava e que já vinha denunciando desde 2021 organizações criminosas atuando em pesca e caça ilegal na região, cobra que as autoridades apurem possíveis mandantes para o crime. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) apresentou novos fatos

à **denúncia** que já fizera ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia/Holanda, contra o presidente Jair Bolsonaro.

A região do Vale do Javari é reconhecidamente conflituosa. Em agosto de 2019, a **Portaria 882/2019** autorizou o emprego da FNSP em apoio à Funai para “garantir a integridade física e moral dos povos indígenas e dos servidores da Funai, na Terra Indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas”, de 06/12/2019 a 02/06/2020. Esse prazo foi prorrogado três vezes, vencendo pela última vez em 26/08/2021. Desde então, não houve nova prorrogação do emprego da Força Nacional na região.

**Confira: pesca ilegal e criminalidade na Amazônia**

## CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

# Inflação dos combustíveis

Foi sancionada a **Lei Complementar Nº 194, de 23 de Junho de 2022**, que passou a considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo. Com isso, os Estados não podem cobrar alíquotas superiores a 17% a 18% no ICMS nessas categorias. Ao **menos 20 Estados** reduziram o imposto. Porém, simultaneamente, governadores debatem o assunto no STF, questionando a lei do teto e a lei que uniformizou a alíquota em todo o país. Além da batalha jurídica, no Congresso os parlamentares vão analisar os vetos do presidente na sanção da lei.

Além do malabarismo fiscal, o Governo Federal tenta conter os preços do combustível segurando reajustes

pela Petrobras. Caio Mário Paes de Andrade assumiu a presidência da estatal no fim de junho sob a expectativa do Planalto de que **contenha aumentos até as eleições**.

## ALERTAS

# Seguradoras e sustentabilidade

Foi publicada a [Circular SUSEP 666/2022](#), que dispõe sobre requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.

Na circular, são trazidas **três vertentes de riscos climáticos**:

1. **Físicos** - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;
2. **De transição** - possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do

efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

3. **De litígio** - possibilidade de perdas ocasionadas por sinistros em seguros de responsabilidade ou ações diretas contra a supervisionada, ambos em função de falhas na gestão de riscos climáticos físicos ou de transição.

A circular não é um tipo de ato classificável no Monitor de Atos Públicos da POLÍTICA POR INTEIRO, mas dispõe sobre uma temática relevante para acompanhamento.

## ALERTAS

# Normas CMN entram em vigor

Em 01 de julho entraram em vigor duas normas do Conselho Monetário Nacional (CMN). A primeira é a [Resolução CMN 4943/2021](#), que altera a Resolução nº 4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. Destaca-se a disposição sobre “riscos climáticos”, subdivididos em “riscos climáticos de transição” e “riscos climáticos físicos”. A segunda é a [Resolução CMN 4945/2021](#), que dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas a sua efetividade, quanto a todos os seus dispositivos, menos à revogação da Resolução nº 4.327/2014, que se dará em 01 de dezembro de 2022.

Leia análise sobre as  
resoluções do CMN

## ALERTAS

# Fundo Amazônia

A Controladoria-Geral da União (CGU) publicou um “[Relatório de avaliação da governança do Fundo Amazônia exercido pelo Ministério do Meio Ambiente - Exercícios 2019, 2020 e 2021](#)”. No documento, concluiu-se que o MMA “optou por manter a extinção dos Comitês (COFA e CTFA) essenciais à governança do Fundo Amazônia” mesmo havendo prazo de 47 dias para ser elaborada proposta de recriação, ressaltando que “descumpriu as boas práticas da governança pública gerando impactos negativos para as políticas ambientais” sem qualquer motivação “suficiente e coerente” para essa decisão, especialmente pela falta de reunião com doadores do Fundo e de qualquer movimentação para restabelecer a sua estrutura de governança.

Como riscos por conta da extinção da estrutura de governança do Fundo, foram apontados pela CGU: (i) suspensão da autorização de novos projetos, sendo que

estavam sob análise um rol de projetos no montante de R\$2,2 bilhões; (ii) a possibilidade de R\$3,2 bilhões serem requeridos para devolução pelos doadores; (iii) inviabilização de captação de novas doações ao Fundo Amazônia; (iv) Impactos na implementação da Estratégia Nacional do REDD+, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e das políticas de combate ao desmatamento. Assim, a CGU elaborou uma série de recomendações para que o MMA restabeleça o Fundo Amazônia: “realizar estudos técnicos a respeito das melhorias a serem efetivadas no Fundo Amazônia, em colaboração com o BNDES e o Conselho Nacional da Amazônia Legal, para elaboração de uma proposta fundamentada de reestruturação da governança do Fundo Amazônia”.

# Focos de Incêndio

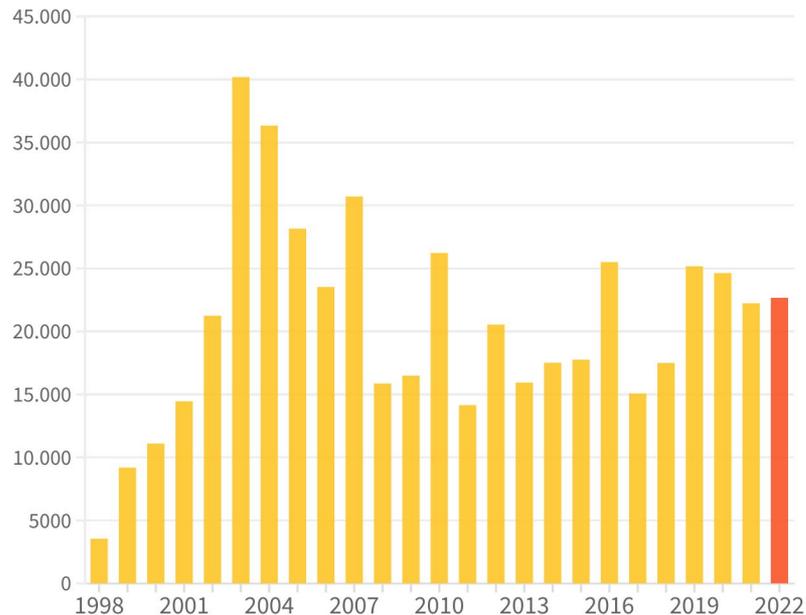
Apesar de 2022 ser o quarto ano de reedição da moratória do fogo, neste ano já foram mapeados, no Brasil, 22.670 focos de incêndio no primeiro semestre. Em 2021, foram registrados 22.231 no mesmo período.

O recorde mais recente foi atingido em 2019, quando foi decretada a primeira moratória do fogo no mês de agosto, surtindo pouco ou nenhum efeito.

Houve um aumento de 25% nos focos de incêndios nos primeiros semestres no atual Governo Federal (2019 a 2022) comparado com a gestão anterior (2015 a 2018).

## ALERTA DE FOCOS DE INCÊNDIO

Série histórica de focos detectados no primeiro semestre



## Desmatamento

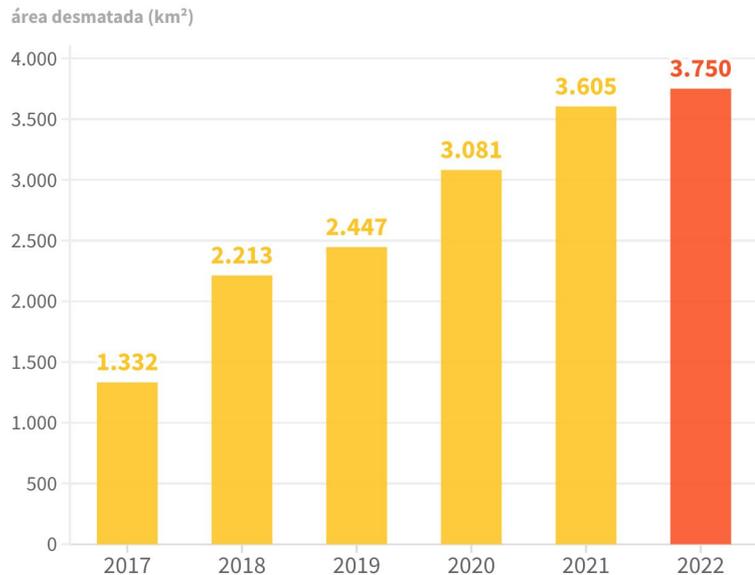
Próximo ao encerramento do ano PRODES (1 de agosto a 31 de julho) os alertas do DETER registraram um novo recorde de áreas desmatadas na Amazônia Legal no primeiro semestre de 2022.

Em 2021, quando a taxa foi de 13.038 km<sup>2</sup> (PRODES), o primeiro semestre registrou 3.605 (DETER). Considerando o aumento dos alertas deste ano para 3.750, não é possível vislumbrar uma significativa queda na taxa consolidada do desmatamento, a ser divulgada no final de 2022.

De 2019 até aqui o aumento foi de 53% nos alertas registrados no primeiro semestre nos estados da Amazônia Legal.

### ALERTA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Série histórica de áreas desmatadas no primeiro semestre



## Biodiversidade e espécies ameaçadas

O Ministério do Meio Ambiente prepara mudanças nas regras sobre uso das espécies ameaçadas. A minuta do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, batizado de *Conserva+*, foi apresentada na 70ª reunião ordinária da Comissão Nacional da Biodiversidade - Conabio (**confira a pauta da reunião**). Realizado virtualmente, o encontro ocorreu no mesmo dia em que foi publicada **portaria com as listas atualizadas de espécies ameaçadas** da fauna e da flora brasileiras. Os membros do Conabio terão prazo de 60 dias para avaliar a minuta apresentada. Após o período de consulta, o *Conserva+* deve ser instituído por meio de portaria, revogando as normas que atualmente regulamentam a elaboração das listas de espécies ameaçadas.

Vale recordar que a Portaria MMA nº 148/2022 foi **retificada** a fim de alterar a data de início de sua vigência, que passou a ser 06/09/2022 e não a data de publicação da mesma, 08/06/2022.

A retificação atendeu o pedido do **SINDIPI**, a partir da justificativa de que o setor pesqueiro necessitaria de maior prazo para se adequar à proibição de captura de algumas espécies incluídas na lista.

Saiba mais sobre **Conserva+** e  
listas de espécies ameaçadas

## BRASIL

# Eleições

- **Lula** (47% intenção dos votos): **defendeu** leis mais duras para o meio ambiente, proteção de áreas, afirmou que não haverá garimpo em Terras Indígenas em seu eventual governo e criticou Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro (e também ex-secretário no governo de Geraldo Alckmin, vice da chapa de Lula). Após mudanças em seu programa de governo, **destaca** defesa de patrimônio ambiental, proteção da Amazônia, compromisso com desmatamento zero e oposição à privatização da Petrobras. Deve incorporar o conceito *Green New Deal*, uso de políticas ambientais para estímulo da economia, em seu programa.
- **Bolsonaro** (28%): **se isentou de responsabilidades durante as buscas por Bruno e Dom** e afirmou que Dom era “malvisto na região” e também que o indigenista e o jornalista “resolveram entrar numa área completamente inóspita sozinhos, sem segurança”. **Relativizou** o crime e assumiu a falta de controle que seu governo tem na Amazônia: “Realmente, duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem é uma aventura que não é recomendada que se faça. Tudo pode acontecer”. Em **encontro com o presidente dos Estados Unidos**, Joe Biden, falou sobre meio ambiente, Amazônia e eleições. Afirmou que “a Amazônia tem riquezas incalculáveis. Por vezes, nos sentimos ameaçados em nossa soberania naquela área, mas o Brasil preserva muito bem seu território”.

## Destaques no Twitter



*Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, monitorados em parceria com a Folha de São Paulo, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.*

- **Assassinato de Bruno Pereira e Dom Philips**, no Vale do Javari (AM).
- **Alta dos combustíveis:**
  - Votação, no Senado Federal, do Projeto de Lei Complementar **PLP 18/2022**, que limita o ICMS sobre combustíveis. **A aprovação é vista como uma vitória do Governo Federal** que vem culpando os estados pela alta dos combustíveis, ignorando os efeitos da política de precificação do petróleo.
  - Os reajustes têm provocado atrito entre Petrobras e o Planalto, que teme efeitos em ano eleitoral.
  - **Caio Paes Andrade assumiu a presidência da Petrobras**, após **renúncia** de José Mauro Coelho. Este já é o quarto indicado por Bolsonaro ao cargo. **A expectativa do governo é que Andrade segure novos ajustes até as eleições.**
- **Conflito em Amambay**, no Mato Grosso do Sul. **Indígenas da etnia guarani-kaiowá foram feridos e um deles foi morto por policiais militares.** O confronto aconteceu em território reivindicado pela comunidade.

## OCDE

O processo de acesso do Brasil à OCDE se iniciou formalmente com a publicação pela organização do roteiro de acesso (*Accession Roadmap*). O documento versa sobre os pontos sobre os quais o **Brasil será avaliado pelos 26 comitês da OCDE**, no que concerne às melhores práticas regulatórias pelo país.

A Câmara **aprovou** a instalação do escritório da OCDE no Brasil. O projeto segue para o Senado.

O Instituto Talanoa, em parceria com o CCGI-FGV e o IEA-USP, realizou um **evento** sobre a acesso do Brasil à OCDE, com foco nas políticas climáticas e ambientais. Também participou de reunião do grupo “Amigos do Clima”, como expositor, onde os embaixadores dos países membros e do Brasil discutiram o desmatamento.

## Cúpula das Américas

Na Cúpula das Américas, em Los Angeles, o presidente Joe Biden fez um chamamento à democracia, **definindo-a** como “ingrediente essencial para o futuro das Américas”. Bolsonaro foi à Cúpula sob pressão por conta dos desaparecimentos na região do Vale do Javari, mas, referindo-se à Amazônia, **externou** a Joe Biden que “por vezes (...) nos sentimos ameaçados na nossa soberania naquela área”, defendendo que o Brasil “preserva muito bem o seu território”. A fala ocorreu uma semana depois de terem sido divulgados dados **recordes de queimadas na região**.

## EUA

O governo de Joe Biden sofreu uma derrota na Suprema Corte, que limitou a autoridade da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) para regulamentar as emissões de gases de efeito estufa das usinas elétricas a carvão e a gás existentes sob a lei antipoluição (Lei do Ar Limpo). A decisão pode repercutir não apenas nas metas da área climática do programa de governo, mas também em regulamentações emitidas por agências de outros setores.

## Embaixadora rejeitada

Com um placar de 11 a 11, o nome da embaixadora Elizabeth Bagley não passou pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano para assumir a representação de Washington no Brasil. Bagley é uma indicação do presidente Biden e não costuma ser comum os senadores irem contra uma indicação presidencial. A rejeição teria relação com algumas declarações de [Bagley](#).

## Fundo Amazônia

O governo norueguês fez uma importante sinalização sobre o Fundo Amazônia. O dispositivo pode ser “descongelado” e a parceria ser retomada rapidamente, “*desde que a oposição faça o que diz que vai fazer*” se ganhar eleições, disse o **ministro norueguês de meio ambiente e clima**. A paralisação do Fundo Amazônia está pendente de julgamento na “Pauta Verde” do STF, conforme apontamos na **Análise Mensal** de maio. Acesse nossa **Nota Técnica** sobre a “Pauta Verde” do STF.

## G7

A Guerra na Ucrânia foi o tema predominante na reunião do G7. Na área de clima, saiu um acordo para a criação de um “**Clube do Clima**”, que reunirá países para adoção de padrões sobre o tema, evitando disputas tarifárias no futuro. Por enquanto, somente os próprios membros do G7, as democracias mais ricas do mundo, fazem parte. Os países do grupo também se comprometeram a **reduzir, progressivamente, o uso do carvão** na geração de energia. Pelo terceiro ano consecutivo, o **Brasil não foi convidado** para o encontro. A Alemanha, anfitriã, chamou África do Sul, Índia, Indonésia e Senegal.

## Biodiversidade

A COP 15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi finalmente confirmada para 5 a 17 de dezembro e não mais acontecerá na China, mas sim na sede da Convenção em Montreal, no Canadá. Mesmo após mais uma sessão de negociação, em Nairobi, entre os dias 21 a 26 de junho, os países não chegaram a um acordo para o próximo Marco Global para a Biodiversidade, que substituirá as Metas de Aichi. Especialistas preveem um **fracasso para a próxima COP**. **O Brasil continua sendo apontado como bloqueador das negociações**, defendendo que as metas para áreas protegidas, por exemplo, sejam nacionais e não globais, o que atrapalha principalmente as questões sobre conservação do oceano global. A delegação brasileira mantém também o discurso de pedir dinheiro para conservar nossa biodiversidade enquanto os fundos continuam parados no país.

## Oceano

O tema oceano esteve em alta em junho com a realização do diálogo sobre o oceano no âmbito da 56ª reunião do SBSTA da Convenção do Clima, em Bonn, Alemanha, no dia 15 de junho, e a segunda **Conferência do Oceano da ONU**, em Lisboa, Portugal, entre os dias 27 de junho e 01 de julho. No diálogo dentro da UNFCCC, foram discutidos **dois painéis**:

1. Fortalecimento e integração da ação climática oceânica nacional sob o Acordo de Paris; e
2. Habilitando soluções climáticas oceânicas e otimizando conexões institucionais.

Na Conferência do Oceano, os países se comprometeram a cumprir compromissos voluntários e apresentaram uma declaração conjunta **"Our ocean, our future, our responsibility"**.

An aerial, black and white photograph of a vast Amazonian forest. A dark, winding river flows through the dense canopy, creating a complex network of channels. A small, light-colored boat is visible on the river in the lower-middle section. The forest is composed of numerous small, rounded tree tops, creating a textured, almost mosaic-like appearance. The lighting is even, highlighting the intricate patterns of the water and the forest.

# AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA SUAS  
POLÍTICAS AMBIENTAIS

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK

**AC | LEG**  
**PL N° 89 DE 2022**

## MUDANÇA DO CLIMA

Ratifica o protocolo de intenções firmado entre os estados para o Consórcio Interestadual Brasil Verde com o objetivo de promover o enfrentamento aos efeitos adversos das mudanças do clima no Brasil.

**RO | EXE**  
**PORTARIA N°293**

## INSTITUCIONAL

Institui, no âmbito da SEDAM, a Comissão Técnica de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, de caráter permanente, e dá outras providências.

**AM | EXE**  
**DECRETO N.º 45.765**

## FLORESTA

Declara Situação de Emergência Ambiental, nos municípios da Região Sul e da Região Metropolitana de Manaus que se encontram sob o impacto negativo do desmatamento ilegal e queimadas não autorizadas e demais crimes correlatos.

**AM | EXE**  
**DECRETO N.º 45.764**

## MEIO AMBIENTE

Altera, na forma que especifica, o Decreto n.º 10.028, de 04 de fevereiro de 1987 sobre o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto no Meio Ambiente, a aplicação de penalidades, e dá outras providências”.

**AM | EXE**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01**

## PESCA

Reconhece o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Baixo Juruá, localizado no município de Eirunepé-AM.

**AC | EXE**  
**LEI N°10**

## AGROPECUÁRIA

Dispõe sobre o registro de marcas de gado e dá outras providências

# Amazônia

PORTARIA MJSP Nº 99, DE 9 DE JUNHO DE 2022

## Resposta

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Amazonas, na Operação Arpão I (Médio Solimões), em ações de combate ao crime organizado, ao narcotráfico e aos crimes ambientais, na calha do Rio Negro e Solimões, no Estado do Amazonas, por 90 dias.

## Foco Amazônia #7 | Jun.2022

### ATOS E PROPOSTAS POR TEMA E RELEVÂNCIA



Leia o **Balço mensal**  
do Foco Amazônia na  
íntegra

[Clique aqui para  
acessar](#)

An aerial photograph showing a large area of deforestation. A dirt road winds through a landscape where many trees have been cut down, leaving a dense field of tree trunks and branches. In the background, a thick, dark forest remains. Three cars are visible on the road, moving away from the viewer. The overall tone is somber and environmental.

# TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO  
BRASIL E NO MUNDO

## BRASIL

### Governo Federal

Com o avanço da agenda eleitoral e a consolidação da polarização da disputa à Presidência entre Jair Bolsonaro e Lula, o dia a dia do Executivo acaba pautado pela disputa à reeleição. Normas com vieses populistas e soluções de curto prazo devem se tornar mais frequentes - provavelmente, com concentração no tema Energia. Poderá haver também reflexos em mais normas de Resposta no Monitor de Atos Públicos. A pressão internacional sobre o governo se intensifica na pauta climática, com nova frente vinda do Parlamento Europeu.

### Congresso Nacional

O Congresso Nacional se debruça no esforço, antes do recesso de meio de ano, para passar a chamada PEC Kamikaze (oficialmente, PEC dos Benefícios), criticada como eleitoreira. Na área climática e socioambiental, a perspectiva é de que não haja avanços nas agendas legislativas em julho, retomando-se as discussões em agosto, já com as atenções totalmente voltadas às eleições de outubro.

Ainda assim, merece atenção as movimentações das agendas prioritárias do Governo Federal como regularização fundiária, mineração (especialmente em terras indígenas), licenciamento ambiental e agrotóxicos.

## BRASIL

### Judiciário

Permanece a expectativa de retomada do julgamento da “Pauta Verde”, bem como eventual inclusão em pauta da ação judicial que discute a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

### Desmatamento e queimadas

Como mostrado na [seção Conjunturas](#), o DETER registrou recorde de áreas desmatadas na Amazônia Legal no primeiro semestre. A tendência é de que o ano PRODES (1 de agosto a 31 de julho) ultrapasse a marca de 13.038 km<sup>2</sup> alcançada em 2021.

Com o arrefecimento do fenômeno La Niña, que provocou chuvas acima da média no período seco do ano passado, é provável que, neste ano, a temporada de queimadas seja mais intensa. As curvas de focos de incêndio não ascenderam no último ano na mesma inclinação que as de desmate. Há vegetação seca derrubada ainda a ser queimada.

## Agenda 2022

- ❑ 1º de julho - Entra em vigor a **Resolução CMN nº 4.945/2021**, que obriga instituições financeiras a estabelecer a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.
- ❑ 20 de julho a 5 de agosto: Eleições - convenções partidárias
- ❑ A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- ❑ 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação (AR6 - consolidado)**
- ❑ 13 a 20 de Setembro: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- ❑ 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- ❑ 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- ❑ 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- ❑ 7 a 18 de Novembro - COP27 da UNFCCC, em Sharm El Sheik, Egito.
- ❑ 5 a 17 de dezembro - COP15 da CDB, em Montreal, no Canadá.



**política  
por inteiro**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.

### **Termos de uso**

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

### **Contato**

[politicaporinteiro.org](http://politicaporinteiro.org)

[contato@politicaporinteiro.org](mailto:contato@politicaporinteiro.org)

### **Iniciativa**



### **Apoio**



**NICFI**

Norway's  
International Climate  
and Forest Initiative